



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Sexta - feira, 21 de Abril de 2023 | Ano 2, n.º 25 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Governo empenhado em garantir que actividades da indústria extractiva sejam conduzidas de forma responsável, respeitando os direitos das comunidades

- O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos garante que o Governo está empenhado em garantir que as actividades da indústria extractiva em Moçambique sejam conduzidas de forma responsável, respeitando os direitos das comunidades e trabalhadores. E a adesão da República de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários é um passo significativo para se atingir esse objectivo, segundo explicou Firminio Mujovo, em representação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR), no workshop de treinamento de autoridades nacionais sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.





Sébastien Caldana, do DCAF

O *workshop* decorreu no dia 28 de Março e foi organizado pelo Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Centro de Governação do Sector de Segurança de Genebra (DCAF, sigla em inglês), com o apoio do consultor que vai acompanhar Moçambique no processo de adesão à Iniciativa sobre Princípios Voluntários. O objectivo do evento era de dotar os representantes de instituições públicas relevantes de conhecimentos aprofundados sobre os Princípios Voluntários, com particular enfoque nos instrumentos nacionais e internacionais que sustentam esta iniciativa. O *workshop* insere-se no processo de adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários, cujo relatório que será apresentado em Maio pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, durante a sessão plenária da Iniciativa dos Princípios Voluntários, em Londres capital do Reino Unido.

A Iniciativa dos Princípios Voluntários visa garantir que as empresas extractivistas respeitem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, operem em um ambiente seguro e se envolvam de maneira significativa com as comunidades locais. A participação de Moçambique nesta iniciativa pode

ajudar a promover uma indústria extractiva mais responsável, onde os direitos das comunidades e dos trabalhadores são respeitados e protegidos.

Sébastien Caldana, consultor do DCAF, conduziu o treinamento sobre os Princípios Voluntários durante a primeira parte do *workshop*, onde explicou os princípios e ferramentas para a implementação e a Iniciativa de Princípios Voluntários. Caldana enfatizou a importância das parcerias para alcançar os objectivos da iniciativa. «É essencial fortalecer as parcerias entre Governo, sociedade civil, empresas extractivistas e comunidades para garantir a gestão responsável dos recursos naturais». A segunda parte do *workshop* foi dedicada ao trabalho em grupo, onde representantes do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos partilharam as suas perspectivas sobre os Princípios Voluntários.

O engajamento com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos ajudou a identificar as principais áreas de acção, como o desenvolvimento de um inventário das políticas governamentais relacionadas com os Princípios Voluntários e a identificação dos desafios actuais de negócios, segurança e direitos humanos em Moçambique. Adicionalmente, o engajamento



com o Ministério da Justiça também destacou a importância de uma comunicação e envolvimento eficaz entre as forças de segurança, empresas e comunidades locais. Isso é essencial para criar confiança e garantir que os princípios sejam efectivamente implementados nos locais de extração de recursos naturais.

O *workshop* foi um passo importante para Moçambique rumo a práticas extractivas responsá-

veis e à protecção de direitos humanos. Através da sua participação na Iniciativa de Princípios Voluntários, Moçambique pode fortalecer parcerias com partes interessadas, promover um ambiente seguro e desenvolver políticas que priorizem os direitos das comunidades e trabalhadores. A participação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos destaca o compromisso do Governo com esses objectivos.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Hélio Siteo
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

